

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA – DIURNO

Tayná Soares dos Santos

**EDUCAÇÃO E GÊNERO: DA FORMAÇÃO À AÇÃO PEDAGÓGICA-
RUPTURAS E CONTINUIDADES**

Santa Maria, RS

2020

Tayná Soares dos Santos

**EDUCAÇÃO E GÊNERO: DA FORMAÇÃO À AÇÃO PEDAGÓGICA- RUPTURAS
E CONTINUIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Pedagoga.**

Orientadora: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Santa Maria, RS
2020

Tayná Soares dos Santos

**EDUCAÇÃO E GÊNERO: DA FORMAÇÃO À AÇÃO PEDAGÓGICA- RUPTURAS
E CONTINUIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia Licenciatura Plena da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Pedagoga.**

Aprovado em 06 de janeiro de 2020:

Márcia Eliane Leindcker da Paixão
(Presidente/Orientadora)

Sueli Salva
(Banca avaliadora)

Santa Maria, RS
2020

“É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”

(Paulo Freire).

RESUMO

EDUCAÇÃO E GÊNERO: DA FORMAÇÃO À AÇÃO PEDAGÓGICA- RUPTURAS E CONTINUIDADES

AUTORA: Tayná Soares dos Santos
ORIENTADORA: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

O presente trabalho contempla a temática Gênero e Educação: a influência dos estudos de gênero presentes no currículo do curso de pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria, no entendimento e práticas pedagógicas das estudantes. A Pesquisa traz como problema, a questão: qual a influência dos estudos de gênero na formação da futura pedagoga/o e os impactos na construção de gênero na educação básica? Com o objetivo de compreender a importância dos estudos de gênero na formação de pedagogas/os que atuarão na Educação Básica, buscou-se durante a elaboração da Pesquisa, conhecer a percepção de gênero de acadêmicas através de um questionário. Diante das contribuições das e dos participantes, articularam-se relações com conceitos de gênero e infância na perspectiva dos Estudos feministas. O trabalho foi sustentado teoricamente por Cláudia P. Vianna, Daniel Finco e Guacira Lopes Louro. O resultado da pesquisa mostrou que é necessária uma formação abrangente no Curso de Pedagogia e que possibilite a revisão de conceitos excludentes presentes na sociedade. A partir desta formação ampla e com enfoque, o cidadão poderá impactar na atuação da futura pedagoga/o no espaço escolar, contribuindo com uma escola que preza pela igualdade entre as pessoas.

Palavras-chave: Educação. Formação. Gênero.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	06
2	BREVES CONCEITOS.....	09
2.1	GÊNERO NO CURRÍCULO.....	09
2.2	O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA	13
2.3	CAMINHOS METODOLOGICOS.....	16
2.3.1	A pesquisa qualitativa	17
2.4	EXPERIÊNCIAS DAS ACADÊMICAS DE PEDAGOGIA	14
2.5	DIALOGO COM A TEORIA	29
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34
	ANEXO A – PROEJETO PEDAGÓGICO (PPC).....	37
	ANEXO B – ROTEIRO DAS PERGUNTAS	38

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A intenção e o desejo de pesquisar sobre a presente temática surgiu após discussões realizadas nas disciplinas de História da Educação, Sociologia da Educação e Direitos Humanos e Gênero, presentes no currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria.

As leituras prévias sugeridas nas disciplinas, mexiam comigo e levantavam questionamento sobre o surgimento da Pedagogia, cuja palavra tem origem na Grécia antiga e significa paidós (criança) e agogé (condução). Inicialmente a profissão ainda não institucionalizada e reconhecida como ciência, era exercida por homens escravos responsáveis por conduzir/levar a criança (filho do patrão, criança do sexo masculino) até o mestre detentor de conhecimento (também do sexo masculino).

Apesar do surgimento da profissão e o acesso à Educação terem sido restritas aos homens, percebi que em algum momento isso havia “mudado” e comecei a me questionar sobre em que circunstâncias e porque houve essa mudança. Notei então que toda mudança teve origem, primeiramente, nos sistemas organizacionais da sociedade de cada época, nas demandas das relações econômicas e patriarcais. Constatei que alguns estereótipos presentes na minha Educação escolar, já existiam desde o surgimento da Educação e que perduram até os dias de hoje com objetivos fiéis às relações econômicas e patriarcais de cada momento histórico.

Ao aprofundar as leituras sobre a História da Educação, percebi que algumas questões mudavam, mas mantinham sua essência na ideia de que a mulher não teria a mesma capacidade de um homem, isso fez com que conseguimos ter acesso à educação, mas limitadas por muitos sistemas que ainda colocam a mulher como um ser inferior, dependente e submissa ao homem

As instituições de Ensino e as instituições religiosas, continuam com práticas pedagógicas que reproduzem e perpetuam algumas ideias e ideais ultrapassadas, a maioria delas nitidamente carregadas de estereótipos de gênero e que permanecemos reproduzindo na justificativa vazia de que “sempre foi assim”.

Essas leituras somadas às discussões realizadas em aula, foram me inquietando de tal forma que tomei a decisão: preciso entender por que as coisas são

assim, porque seguem assim. A partir disso, decidi que poderia aprofundar esses meus questionamentos em um Trabalho de Conclusão de Curso.

A decisão tomada e a temática escolhida não foram fáceis, a cada leitura fui me dando conta de todo o “esquema/sistema” de dominação que coloca a mulher, desde seu nascimento, como uma identidade universal, algo já definido em um padrão “x”, delimitado e limitado para que o homem possa ter autoridade, poder e posse sobre ela. Fui “escolarizada” acreditando que os meninos eram mais agitados e precisavam de mais tempo na Educação Física jogando futebol, enquanto eu e minha colegas, deveríamos jogar vôlei, pois éramos mais frágeis, além disso, ouvi desde sempre que os meninos têm mais facilidade em cálculos, na área das exatas e que por isso, devem estudar para serem engenheiros, cientistas e mulheres combinam mais com profissões de professora, enfermeira, “porque mulher tem paciência, sabe cuidar e educar”.

Diante disso, no Curso de Pedagogia, enxergando-me como alguém que irá ocupar o mesmo espaço dos professores que me ensinaram que os meninos são mais fortes, agitados e com maior capacidade para serem cientistas, pretendo questionar, pensar e romper com algumas continuidades sexistas para que meninas e meninos não cresçam acreditando fielmente no que lhes foi dito sobre “ser menina” x “ser menino”, que possam romper com os papéis que cada “ser” ocupa e “deve” seguir, que possam não aceitar o fardo que cada “ser” deve carregar, que não cresçam acreditando que “menino/homem não chora, isso é coisa de mulherzinha” e nem que “menina se comporta de maneira delicada, menina nasce para ser mãe, menina é mais madura, etc”.

Despertar nos/as Pedagogos/as um olhar para suas práticas docentes, para as crianças e suas infâncias, pensar nosso papel na vida destas crianças, visando uma formação integral do sujeito, sem negligenciarmos os direitos de cada um, esse é o primeiro e eu diria, maior passo a ser dado.

Por acreditar que as crianças não nascem limitadas ao seu sexo biológico e que aprendem o que a elas é apresentado e principalmente o que por elas é experienciado e vivenciado, é que passei a defender a necessidade de um olhar mais atento e crítico para a formação de professores de crianças.

Buscando compreender, minimamente, a influência dos estudos de gênero no entendimento e nas práticas pedagógicas na Educação Básica, fez-se necessário uma pesquisa com acadêmicas/os do curso de Pedagogia, futuras/os pedagogas/os que irão formar crianças e que tiveram a temática Educação e Gênero contemplada na sua formação.

Para tal levantamento, utilizei a ferramenta google Formulário online onde elaborei 5 questões breves acerca da temática e a partir das respostas das/dos participantes, irei explanar nos próximos capítulos sobre o currículo do Curso de Pedagogia, minhas experiências enquanto Pedagoga em formação, experiências de colegas, suas concepções em relação a temática e também teorias feministas que nos possibilitam uma melhor compreensão quanto Educação, Gênero e Infâncias.

Minha pesquisa teve como tema Gênero e Educação: a influência dos estudos de gênero presentes no currículo do curso de pedagogia diurno, no entendimento e nas práticas pedagógicas/ prática docente na Educação básica, o que rompemos e o que reproduzimos. Para dar conta da pesquisa a partir do tema escolhido, minha pergunta de pesquisa ficou assim elaborada: Qual a influência dos estudos de gênero na formação da futura pedagoga/o e os impactos na construção de gênero na educação básica?

Como objetivo geral, busco compreender a importância dos estudos de gênero na formação de pedagogas/os que atuarão na Educação Básica e os impactos igualdade de gênero desde a infância. Para contemplar tal objetivo, a pesquisa terá como objetivos específicos, conhecer a percepção de gênero de colegas acadêmicas a partir de consulta por e-mail e em seguida, relacionar os conceitos de gênero e infância a partir dos Estudos feministas.

No primeiro capítulo desta Pesquisa, será explanado sobre o contexto e o surgimento da temática. No segundo capítulo irei apresentar a Metodologia utilizada para a construção e elaboração deste trabalho. Em seguida, o terceiro capítulo trará um apanhado de relatos de experiências minhas e de colegas acerca da temática Gênero, Educação e Infância. A partir dos relatos de experiências minhas e de colegas, articulando-se com teorias feministas, será apresentado o quarto capítulo. Por fim, o quinto capítulo trará as considerações finais, com uma reflexão sobre todo o desenvolvimento deste trabalho.

2 BREVES CONCEITOS

2.1 GÊNERO NO CURRÍCULO

O ingresso de mulheres na docência caracteriza-se ao longo da história como um fenômeno internacional pautado por alterações nas relações econômicas e patriarcais que configuram a própria definição do magistério. No Brasil, a maciça presença de mulheres no magistério, refere-se a um longo processo que tem início durante o século XIX com a criação de escolas de improviso e sem vínculo com o Estado.

Estas escolas improvisadas e sem vínculo com o Estado, visavam manter crianças ocupadas enquanto os pais trabalhavam, baseadas unicamente no ato de cuidar (suprir necessidades físicas), não tinham exigência de uma formação específica para os educadores, porém os cargos de “docente” eram ocupados majoritariamente por mulheres que geralmente eram chamadas de “tias” e isso deve-se ao fato de culturalmente, presumir-se que mulher nasce com instinto materno e em decorrência disso, as mulheres estariam aptas a cuidar destas crianças.

A crença no determinismo biológico acabou estruturando relações sociais e divisões sexuais do trabalho, criando ao longo dos anos alguns estereótipos como “Cuidar é coisa de mulher”, com isso, a profissão de Pedagoga ficou muito limitada ao ato de cuidar e vista como uma extensão da atividade materna. A feminilização do magistério acabou criando um desprestígio social para a profissão docente, algo que de certa forma explica as péssimas condições de trabalho e rebaixamento salarial, afinal, porque uma mulher deve receber bem e ser reconhecida na sua profissão, se a obrigação de sustentar um lar é do homem? lembrando que estas afirmações eram crenças da época e que de certa forma, fazem parte da construção histórica da profissão Pedagoga, a prova disso é que Pedagogas mais antigas contam que quando chegava a hora de “escolher” sua formação superior, ouviam da família, conselhos do tipo: “seja professora, vai te ajudar cuidar e educar bem seus filhos e ainda vai ganhar um dinheirinho para as tuas coisinhas de mulher” .

Ao encontro com a afirmação da autora Vianna (2013), nota-se também que a mulher sempre foi “qualificada” pelo sexo frágil, ocupando espaços que os homens

designavam a elas, delimitando assim a divisão sexual do trabalho e a subordinação das mulheres na estruturação das relações sociais, bem como a autora explica:

“É útil para questionar o fato de que em nossa sociedade as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo, com evidentes conotações biológicas e com forte intenção de produzir hierarquias que sustentem relações desiguais e de dominação no âmbito específico das relações sociais de gênero e na sua articulação com classe, raça, etnia e geração”. -A Feminização do magistério na Educação Básica e os desafios para a prática e identidade coletiva docente (VIANNA, 2013, pág. 160).

Com isso, observa-se que a Pedagogia é fruto de um contexto sócio-histórico derivado de um modelo de sociedade onde o “ser homem” e “ser mulher” carregam responsabilidades, características e “pesos” bem distintos. Ao longo dos anos esses processos foram sofrendo alterações, constituindo historicamente a profissão docente e diferentes modelos de educação, estes modelos nos acompanham de alguma forma até os dias de hoje. Isso também acontece com as práticas pedagógicas que elaboramos e reforçamos, toda prática traz consigo uma intenção, carrega significados e estes, são ensinados para as crianças, fazem parte da formação de sujeitos que irão pensar e intervir sobre seu contexto, por isso precisamos repensar e questionar sobre o que nos foi ensinado e o que e para que queremos/devemos ensinar.

A Educação tem seu objetivo central em formar sujeitos para viver em sociedade e em decorrência disso sempre teve suas práticas pedagógicas voltadas para as demandas e modelos sociais. Com isso, as instituições de ensino acabaram limitando-se às demandas técnicas da sociedade e distanciando-se do seu papel formador de sujeitos pensantes-humanos que são constituídos por valores que precisam ser discutidos, postos em prática e reavaliados com certa criticidade dentro do convívio escolar.

Nesse sentido, ao encontro com as reflexões de Louro (1995 p. 18) em Gênero, História e Educação: Construção e desconstrução, “quem tem a primazia nesse processo? Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas?” Ainda sobre estes questionamentos, a autora afirma que não há uma resposta cabal para tais questões, haja vista que, a construção dos gêneros dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, fazendo-se evidente em distintas situações do cotidiano.

Neste seguimento, muito já se ouviu sobre a escola não ter responsabilidade/obrigatoriedade de “educar” e que valores devem vir de casa/da família, porém, afirmações como estas devem ser analisadas com cautela, pois na maioria das vezes, são carregadas de intencionalidades e preconceitos. Basta refletirmos, se a escola ensina conviver em sociedade, como não abordar valores? como não ensinar o respeito ao próximo? e quando sujeitos não tem uma família para ensiná-los? e quando estes “valores” familiares são extremamente tendenciosos ou distorcidos?

Bem como a autora Louro (2008), explana:

” Família, escola, igreja instituições legais e médicas mantêm-se como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos. Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? [...] Vivemos mergulhados em seus conselhos e ordens, somos controlados por seus mecanismos, sofremos suas censuras. As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais” (LOURO, 2008. p 18).

À vista disso, cabem alguns questionamentos: se não for a escola, quem irá questionar/ romper com pensamentos e posturas que afetam o próximo em uma sociedade? Um exemplo simples: uma criança que vive em uma família onde o pai reage com violência física e verbal quando contrariado por alguém, a criança assiste essas agressões, ao frequentar a escola e ser contrariada, a mesma reage de forma violenta (porque é o que vê/aprendeu com a família), se a escola não intervir e dizer/mostrar que existem outras formas de pensar e agir, esse sujeito irá crescer na violência e seguir reproduzindo o que vê em casa.

Isto posto, notamos a importância de uma Educação pautada no direito e dever de ser respeitado e respeitar o próximo, precisamos pensar sobre o que, como e para quê ensinamos. A Educação precisa ampliar seus conhecimentos, o/a Pedagogo/a precisa rever suas formas de ser professor/a de crianças, precisa olhar para as novas formas de estar na infância, uma etapa tão importante na formação de um sujeito, Professores de crianças não devem seguir receitas para “darem aula”, precisam pensar sobre sua prática docente e o processo de aprendizagem de cada criança, devem observar suas interferências positiva e negativamente na vida destes sujeitos.

Cada docente deve buscar romper com práticas que reforçam o desrespeito e a desigualdade, seja em qualquer âmbito do convívio social.

A luta por uma educação mais humanizada requer, como denomina Louro (2008), em *Gênero, armas peculiares*, ou seja, a educação para o respeito, empatia, liberdade, equidade e autonomia dos sujeitos, demanda estratégias sutis e engenhosas por parte dos professores e instituições de ensino. A autora reforça ainda:

“Movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e o das “minorias” sexuais) compreenderam, desde logo, que o acesso e o controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, os currículos das escolas e universidades, eram fundamentais.” (LOURO, 2008, p, 20)

Essas esferas são pontos estratégicos para um embate cultural capaz de promover transformações nas formas de pensar e agir da humanidade. O novo desafio da Educação partindo desta perspectiva, é compreendermos que a visão binária de homem X mulher, é uma visão ultrapassada, precisamos repensar todas as “certezas” que derivam desta visão. Nesse sentido a autora Louro (2008, p. 21) afirma que: “Há que perceber os modos como se constrói e se reconstrói a posição de normalidade e posição de diferença”, ou seja, de onde surgiu e como perpetuamos a “identidade da mulher” e a “identidade do homem”, como classificamos como diferente todo sujeito que não corresponde com nenhuma identidade dessas.

Considerando a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo, bem como traz a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, cabe reforçar que precisamos aprender e ensinar o respeito ao outro simplesmente porque eu também mereço e exijo respeito, não porque sou “x” ou “y” (BRASIL, 2015)

Devemos nos questionar sobre quais práticas pedagógicas estão sendo propostas para que possamos desconstruir essa visão binária de “certo” e “errado”, “normal” e “diferente”, bem como quais práticas estão sendo pensadas e praticadas para desconstrução de uma educação sexista, estamos pensando e estudando sobre essas questões ou seguimos fazendo, falando e ensinando sem nos preocuparmos

com o desenvolvimento integral de sujeitos em formação que passam pelas nossas salas de aulas?!

Partindo de um ponto importante onde respeito não se ensina/aprende somente na teoria, mas sim na prática, no dia a dia, na forma como me reporto ao outro em qualquer situação, seja ela favorável ou desfavorável, fortifica-se a necessidade de espaços e formações que nos permitam pensar, refletir e estudar temáticas da Educação e Gênero, sobre isso, será apresentado no próximo capítulo uma alternativa/um exemplo de como podemos começar a colocar em prática essas demandas.

2.2 O CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA

De acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, considerando o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho, o Currículo do Curso de Pedagogia Diurno da Universidade Federal de Santa Maria foi reformulado no ano de 2019, seguindo a exigência da presente Resolução que sugere mudanças nos Currículos dos Cursos de Licenciaturas (BRASIL, 2015).

O currículo vigente até então era do ano de 2007 (ANEXO A) o qual possuía uma matriz curricular que não exigia obrigatoriedade de se cursar a cadeira de Educação e Gênero, essa temática era contemplada apenas em forma de Disciplina complementar - DCG, a qual tinha como objetivo, discutir as principais teorias feministas e teorias de gênero, em diálogo com diversos temas educativos, sociais, culturais e éticos com abordagens a partir da epistemologia e da hermenêutica, com ênfase aos eixos dos estudos de Gênero, corporeidade, interculturalidade e cotidiano; aprofundar a reflexão das relações de gênero no campo educativo.

A partir da exigência de uma reformulação no currículo do Curso, foi proposto e aprovado uma disciplina sobre Direitos Humanos e Gênero com carga horária obrigatória de 30 horas, com objetivo de: Compreender a trajetória dos direitos

humanos historicamente e no mundo atual. Articular o conhecimento dos direitos humanos como um processo fundamental na discussão sobre a educação norteada pelas políticas atuais de inclusão em todos os níveis do processo educativo. Estudar as principais teorias feministas e de gênero, em diálogo com diversos temas educativos, sociais, culturais e éticos com abordagens a partir da epistemologia e da hermenêutica feminista. Discutir as relações vigentes nas escolas buscando uma perspectiva “inclusiva” que aborde as questões de gênero, classe, etnia/raça.

A Resolução nº 02 de 2015, mais especificamente o princípio II da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, quando afirma que:

“A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação” (BRASIL, 2015, p. 2)

Sendo este fato o que motivou, amparou e permitiu a inserção dessa disciplina de Direitos Humanos e Gênero no atual currículo do curso de Pedagogia como disciplina obrigatória a partir do ano de 2019, como podemos identificar na atual matriz curricular abaixo (Figura 1):

Figura 1 – Matriz Curricular 2019

A matriz curricular apresenta todas as disciplinas obrigatórias do curso além das disciplinas cursadas. A separação é feita por semestres.

1	ARTES VISUAIS E EDUCAÇÃO A MEN1267 Dispensado com	EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA CORPORAL	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A FUE1107 Aproveitamento	INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA A FUE1108 Aproveitamento	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL: PRINCÍPIOS	PROCESSOS INVESTIGATIVOS EM EDUCAÇÃO A	SEMINÁRIO INTEGRADOR I: PROFISSÃO PEDAGOGO -	TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS MEN1268 Aproveitamento	
2	DIDÁTICA A MEN1270 Aproveitamento por Adaptação	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO A FUE1110 Aproveitamento por	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL A EDE1137	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA A FUE1109	LITERATURA INFANTIL A LTV1191 Aproveitamento por	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR ADE1070 Aproveitamento por			
3	EDUCAÇÃO E INFÂNCIA MEN1272 Aproveitamento	EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS DE INCLUSÃO	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO B FUE1113	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS A	ORALIDADE, LEITURA E ESCRITA A MEN1279	ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO PEDAGÓGICA A	POLÍTICAS E DIVERSIDADE CULTURAL ADE1071	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A FUE1111	SEMINÁRIO INTEGRADOR II: DESAFIOS DO
4	LÍNGUA PORTUGUESA A MEN1282 Aprovado com nota	LÍNGUA PORTUGUESA E EDUCAÇÃO A MEN1273	METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS MEN1274	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS B MEN1281	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA A	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B FUE1114 Aproveitamento por	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO A FUE1112 Aproveitamento por		
5	DIREITOS HUMANOS E GÊNERO FUE1115	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA A MEN1276 Aproveitamento	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL	GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA A ADE1067	JOGO TEATRAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR A MEN1285	METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS: GEOGRAFIA	METODOLOGIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL A	PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA A MEN1275	
6	ARTES VISUAIS E EDUCAÇÃO B MEN1290 Aproveitamento	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA B MEN1288 Aprovado com	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: ANOS INICIAIS	METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS: HISTÓRIA	METODOLOGIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL B	MÚSICA E EDUCAÇÃO MEN1277 Aprovado com	PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA B MEN1289	PROCESSOS INVESTIGATIVOS EM EDUCAÇÃO B	
7	EDUCAÇÃO MUSICAL A MEN1278 Aprovado com nota	JOGO TEATRAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR B MEN1291	LIBRAS: LICENCIATURAS EDE1130 Aproveitamento por	PESQUISA E DOCÊNCIA ADE1072 Aprovado com nota	POLÍTICAS E GESTÃO DAS MODALIDADES EDUCATIVAS A ADE1069	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO B FUE1116 Aproveitamento por			
8	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: EDUCAÇÃO INFANTIL MEN1296	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: ANOS INICIAIS MEN1297	PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INSERÇÃO E MONITORIA I -	PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INSERÇÃO E MONITORIA II - ANOS	SEMINÁRIO INTEGRADOR III: SABERES E FAZERES DA DOCÊNCIA NA	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO A CCP1035			
9	SEMINÁRIO INTEGRADOR IV: PROFISSÃO DOCENTE - VIVÊNCIAS E SABERES CCP1034 Não cursada				TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO B CCP1036 Não cursada				

Fonte: <https://portal.ufsm.br/aluno/index.html>

Apesar da inclusão desta temática só ter sido inserida nos documentos formais do Curso e exigida como disciplina obrigatória, a partir do ano de 2019, algumas Professoras e Coordenação do Curso já haviam percebido a necessidade de contemplar esses estudos. Diante disso, professoras do curso já ofertavam uma DCG sobre o assunto, no intuito de discutir acerca da temática Gênero e também refletir sobre o fato do Curso ser majoritariamente ocupado por mulheres, algo social e historicamente constituído na crença de que para exercer a profissão docente com crianças pequenas, exige-se atributos femininos, tais como paciência, cuidado e afeto.

Atualmente, a temática Educação e Gênero está presente nas Licenciaturas, no Currículo do Curso de Pedagogia e Educação Especial da UFSM, é contemplada como Direitos Humanos e Gênero. Partindo da afirmação de Louro (2008), quando diz que:

“Muito especialmente a partir dos anos 1960, jovens, estudantes, negros, mulheres, as chamadas minorias sexuais e étnicas passaram a falar mais alto, denunciando sua inconformidade e seu desencanto, questionando

teorias e conceitos, derrubando fórmulas, criando novas linguagens e construindo novas práticas sociais. Uma série de lutas ou uma luta plural, protagonizada por grupos sociais tradicionalmente subordinados, passava a privilegiar a cultura como palco do embate. Seu propósito consistia, pelo menos inicialmente, em tornar visíveis outros modos de viver, os seus próprios modos: suas estéticas, suas éticas, suas histórias, suas experiências e suas questões. Desencadeava-se uma luta que, mesmo com distintas caras e expressões, poderia ser sintetizada como a luta pelo direito de falar por si e de falar de si.” (LOURO, 2008, p.20)

Compreende-se que é de extrema relevância abordagens dessa temática, haja vista que precisamos tornar visíveis e possíveis as diferentes formas de estar e ser, distintos modos de viver. Para tal objetivo nada mais estratégico do que começar pela Educação, pela formação de sujeitos que formarão cidadãos.

2.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresento o caminho metodológico que orienta esta pesquisa, delimitando o estudo no campo da pesquisa qualitativa. Por buscar compreender a importância dos estudos de gênero na formação de pedagogas/os que atuarão na Educação Básica e os impactos da igualdade de gênero desde a infância, a pesquisa torna-se essencialmente qualitativa, pois o foco está no diálogo com acadêmicas do Curso de Pedagogia diurno da UFSM.

No que diz respeito à pesquisa qualitativa, baseio-me nos estudos de Ghedin e Franco (2011) e Lankshear e Knobel (2008). Já a análise dos dados foi realizada, no sentido de articular os dados produzidos através das opiniões das/os colegas participantes por meio do questionário via ferramenta google formulário, com o referencial teórico, para responder a questão problema e atender os objetivos propostos.

De acordo com Ghedin e Franco (2011), na pesquisa em Educação estamos sempre sujeitos a circunstâncias imprevistas, que podem redirecionar o processo e até mesmo provocar uma reconfiguração da situação. Portanto, um método científico, ao ser aplicado a tal área, precisa reservar espaço de ação e de análise ao não planejado, à desordem aparente, pressupondo a ação coletiva, dialógica e comprometida com a emancipação empreendida pelos sujeitos da prática, entre os quais se inclui também a pesquisadora ou o pesquisador.

2.3.1 A pesquisa qualitativa

Este Trabalho de Conclusão de Curso-TCC pretende, ao lado das/os acadêmicas/os, identificar e analisar a influência dos estudos de gênero presentes no currículo do curso de pedagogia diurno, no entendimento e nas práticas pedagógicas docente na Educação básica, refletindo sobre o que rompemos e o que reproduzimos.

Para o desenvolvimento deste TCC, contei com a colaboração de acadêmicas/colegas do Curso de Pedagogia diurno do Centro de Educação, com minha orientadora Márcia Eliane Leindcker da Paixão, e com as demais pessoas que compartilham comigo suas experiências e conhecimentos referentes à temática Gênero, Educação e Práticas Pedagógicas.

Também contribuíram muito para a compreensão da questão as minhas vivências cotidianas durante o período de formação acadêmica, tanto em sala de aula, quanto em outros espaços da Universidade, como o período em que exerci atividades de bolsista no setor administrativo da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede, onde conheci a Sandra Venturini. Ela compartilhou comigo conhecimentos práticos referentes às atividades administrativas da Secretaria e sobre sua pesquisa de mestrado, ao partilhar suas pesquisas, senti-me motivada a seguir pensando sobre este vasto tema Educação e Gênero e suas implicações na formação docente.

Esses movimentos e vivências, traçaram um caminho na trajetória da minha pesquisa, fui me constituindo pesquisadora nos questionamentos, reflexões e leituras que fazia, porém muitas dúvidas também me acompanhavam: como realizo uma pesquisa sobre esse assunto? como se dá na prática a pesquisa em Educação?, foi através das palavras de Ghedin e Franco (2011) que pude compreender as especificidades da Pesquisa na Educação:

“A educação é uma prática social humana, é um processo histórico, inconcluso, que emerge da dialética entre homem, mundo, história e circunstâncias. Sendo um processo histórico, não poderá ser apreendida por meio de estudos metodológicos que congelam alguns momentos dessa prática. Deverá o método dar conta de apreendê-la em sua natureza dialética, captando não apenas as objetivações de uma prática real concreta, mas potencialidade latente de seu processo de transformação. A educação, como prática social histórica, transforma-se pela ação humana e produz transformações nos que dela participa. Dessa forma cabe a ciência da educação reconhecer que, ao lado das características observáveis do

fenômeno, existe um processo de transformação subjetivo, que não apenas modifica as representações dos envolvidos, mas também engendra uma resignificação na interpretação do fenômeno vivido, o que ocasionará uma reorientação nas ações futuras. Será fundamental que o método abra espaço para que os sujeitos envolvidos tomem consciência do significado das transformações (GHEDIN; FRANCO, 2011, p.40-41).

Em consonância com essa abordagem qualitativa, houve a necessidade de compreender a perspectiva das/os participantes, buscando saber qual a opinião das/os futuras/os Pedagogas/os em relação à perspectiva Gênero, Educação e práticas pedagógicas, após terem cursado Disciplinas que contemplaram discussões e conteúdos acerca da temática em questão.

Para tal objetivo, foi elaborado um questionário de opinião através da ferramenta Google Formulário, que foi enviado para acadêmicas do Curso de Pedagogia Diurno dos semestres finais. As participantes puderam se expressar através da escrita, respondendo a questões problematizadoras que no próximo capítulo serão expostas no intuito de dialogarmos com autoras, que discutem e refletem sobre estas questões. A escolha da metodologia a partir do problema é um ponto chave e determinante para traçar caminhos. A metodologia influenciará no desenvolvimento da pesquisa e na forma como o trabalho será organizado/apresentado através da produção e análise dos dados.

Este estudo pretende não só ouvir as acadêmicas, mas também reunir opiniões acerca da temática para que a comunidade do Centro de Educação possa ter um retorno sobre como as/os futuras/os Pedagogas/os estão pensando questões de Gênero na Educação, sobre quais influências esse novo currículo que contempla a temática em questão está tendo na formação de Professores de crianças.

Buscando evidências de que é de suma importância a presença desta temática no currículo obrigatório na formação docente, procurei produzir dados descritivos, obtidos através da pesquisa de opinião sempre com a preocupação em retratar a perspectiva das/os participantes, dialogando com autoras que nos provocam teoricamente a pensar, refletir e aprofundar questões referentes a Gênero e Educação na prática docente.

Reafirmo que a escolha pela metodologia de pesquisa qualitativa, reconhece que esta prioriza a qualidade dos dados em detrimento da quantidade, de acordo com as palavras de Ludke e André (2012, p. 13) “[...] enfatiza mais o processo do que o

produto [...]”. Nesse sentido, ouvir as vozes e percepções das estudantes em final de Curso foi extremamente importante para seguir a pesquisa

2.4 EXPERIÊNCIAS DAS ACADÊMICAS DE PEDAGOGIA

Ao final do ano de 2019, iniciei um estágio extracurricular num espaço considerado não formal, mas que também educa. Minha função era mediar, organizar e supervisionar interações entre crianças de 3 a 10 anos de idade, dentro de um restaurante, mais especificamente, em um Espaço de recreação.

Esse espaço contava com uma estrutura fechada de brinquedos como: piscina de bolinhas, pula-pula, 2 mesinhas com alfabeto do tipo “pegue e monte”, 1 mesinha com réplicas em miniatura de ferramentas de mecânico, onde as crianças tinham a possibilidade de desmontar e montar um carrinho utilizando as ferramentas.

Permaneci neste espaço por 4 meses e cumpria expediente das 18:00h às 00:00 horas, um período que me permitiu vivenciar muitas situações, mas irei compartilhar aqui apenas algumas cenas que eram recorrentes e que me marcaram.

Cena 1: Geralmente acontecia quando os pais e mães deixavam um casal de irmãos no espaço Kids, menino e menina, com idades diferentes, várias vezes ouvi a família falar com a menina: “se comporta e cuida do teu irmão”. Nestes casos, ficava nítido a responsabilidade que a menina/irmã assumia a partir daquele momento, durante as brincadeiras, carregava o peso de ser responsável pelas atitudes do irmão, muitas vezes, abria mão da sua vez de brincar no pula pula, por exemplo, para deixar que o irmão fosse (tendo em vista que era permitido a entrada de 1 criança por vez no brinquedo).

Ainda nestes casos, presenciei também falas do tipo: “mana, deixa eu ir primeiro no pula-pula; vou chamar o/a pai/mãe para te tirar daqui.” Também aconteciam falas parecidas quando ambos tentavam compartilhar a mesinha de ferramentas (historicamente considerado brinquedo de menino). Na maioria das vezes, o irmão tomava os brinquedos das mãos da irmã e dificilmente ela reagia para pegar de volta, nem sequer solicitava a minha interferência, somente aceitava e seguia olhando o irmão brincar.

Essas cenas me faziam pensar sobre como educamos de forma sexista. As meninas são "ensinadas" a acatar a decisão dos meninos. Percebe-se que as mães e pais reproduzem os ensinamentos patriarcais que receberam de suas famílias. Podemos dizer que as construções históricas e sociais de gênero se manifestam nas relações cotidianas. Esses exemplos mostram a realidade. Fica evidente a necessidade de uma educação que privilegie a infância livre e igualitária.

Cena 2: Geralmente ocorria quando crianças que não se conheciam ainda, ocupavam juntos o Espaço Kids e compartilhavam brinquedos. Inúmeras foram as vezes em que uma menina brincava na mesinha de ferramentas e assim que um menino chegava no espaço e também se interessava pelo mesmo brinquedo, eu passava a orientação: "dividam o espaço da mesinha e quando um quiser o brinquedo que o outro tiver nas mãos, peça emprestado, nenhum pode tomar das mãos do outro". No entanto, ouvi várias vezes de crianças com 4, 5 anos de idade que: "pof/tia esse brinquedo é só de menino/guri", "ela é menina, não pode pegar esse", então eu me surpreendi muito de início porque eu achei que essas afirmações, nestas palavras nem existissem mais, não esperava ouvir isso de uma criança de 4, 5 anos de idade.

Nesses momentos em que surgiam, de forma escancarada, falas carregadas de sexismo, eu aproveitava e conversava com as crianças, dizia a elas que isso de brinquedo de menino e de menina, não existe! que brinquedos são só brinquedos! são brinquedos para todas as crianças e que a gente precisa dividir, pedir emprestado e respeitar a brincadeira do outro. Às vezes eu questionava: "por que o carrinho e as ferramentas/chaves são só de menino?", não obtinha respostas, mas alguns pareciam surpresos com o que eu falava.

No olhar das crianças eu percebia que a minha fala surtia algum efeito diferente, normalmente após a minha conversa, eles começavam a compartilhar os brinquedos, talvez apenas pela minha posição hierárquica naquele espaço, mas acredito que a minha fala fazia sentido a elas, afinal, são crianças, aprendem muito com o que os adultos dizem e fazem.

Cena 3: Como qualquer espaço ocupado por crianças e que possuem brinquedos, algumas vezes acontecia de ocorrer algum desentendimento entre as mesmas, do tipo: pisar na mão ou pé de alguém sem perceber, tropeçar em algum brinquedo e cair, enfim, situações onde os envolvidos se expressavam de diferentes

formas, chorando, se isolando, se retirando do local. Uma situação, recorrente e me chamava atenção, era quando as crianças choravam e eu chamava alguém da família.

Geralmente nestas ocasiões, as reações dos responsáveis, eram: Se fosse menino chorando, as falas eram mais ou menos assim: “que feio fulaninho, chorando na frente da tia, tu é grande, homenzinho, para de chororô”. Se fosse menina: “ai tia, ela é chorona assim mesmo, não foi nada”.

Ambas as cenas mexeram comigo, eu sei que se eu não estivesse em formação para me tornar Pedagoga e se não estudasse, minimamente, questões de gênero na Educação, eu poderia nem ter notado essas situações ou até mesmo, ter perpetuado essas práticas sexistas que reforçam papéis ao ser menino/homem e ao ser menina/mulher, mas é por isso que estou trazendo cenas como estas para que possamos analisar a fim de pensarmos e elaborarmos estratégias e práticas capazes de mudar essa educação familiar, escolar e cultural de uma sociedade que está ultrapassada em questões de formação de pessoas, sujeitos que vão além de um mero determinismo biológico.

A partir das cenas descritas acima, fica escancarada a necessidade de trazer para a educação infantil e anos iniciais os debates de gênero. Se queremos uma educação igualitária, precisamos iniciar desde pequenos para que não se perpetue o sexismo, o machismo e as opressões.

Outra situação intrigante durante meu estágio era o fato de que desde as crianças pequenas de 4 anos até os pais/mães havia o questionamento se eu tinha família, se eu já era mãe. O que mais me incomodava é que quando eu respondia que não era mãe para alguns pais, a afirmação era imediata: “mas vai ser um dia né”.

Eu não me sentia segura para responder esse questionamento com sinceridade porque a sociedade atribui à mulher, a maternidade. As poucas vezes que disse que a princípio, não teria interesse em ser mãe, fui encarada com muita estranheza e no meio desses olhares de estranheza e certo julgamento, me lembro detalhadamente de três falas de mães referentes a esse assunto: “mas pra ti seria meio caminho andado, já estuda para educar crianças”, “mas tu cuida tão bem das crianças, a fulaninha te adora”, “mas tu parece que gosta de cuidar e brincar com as crianças, têm paciência”, como se o que eu acabava de dizer sobre não ter interesse em ser mãe fosse incoerente com a minha escolha profissional.

Percebe-se que nessas falas fica evidente outra construção social acerca o gênero. O biológico da mulher assegura que ela será mãe. O cuidado é coisa de mulher, então a escola é a extensão do lar. Ser professora de criança é coisa de mulher. Ter paciência e gostar de criança são os atributos da docência nesse pensamento patriarcal. Nessas falas fica evidente a perpetuação desse pensamento patriarcal, que atribui atitudes como referência para a profissão. Não foi mencionado que para ser professora precisamos de formação e conhecimentos diversos. A ênfase foi no cuidado, em ser mãe (meio caminho andado!). A educação emancipatória cuida porque solidariedade e amor são necessários nas relações sociais. Esse sentimento é do humano e não coisa de mulher.

Questiono-me diariamente sobre essas coisas que acontecem no dia a dia e que envolvem educação, gênero e práticas pedagógicas. Com essa ânsia, busquei pesquisar esse tema junto às minhas colegas de Curso de Pedagogia para ouvi-las acerca desse tema que tanto me inquieta.

Como estamos no final do Curso, senti necessidade de obter um retorno sobre como elas estavam pensando e sentindo estas questões de gênero, após cursarem a disciplina de Direitos Humanos e Gênero, para isso, formulei um questionário breve com as seguintes perguntas:

- 1) Você acredita que virtudes como delicadeza, paciência, cuidado e amorosidade são atributos femininos indispensáveis para o exercício da docência com crianças pequenas?

Alternativas:

- sim, acredito.
- Não acredito.
- acredito parcialmente.
- discordo totalmente.

- 2) Na sua percepção estudar gênero na formação docente contribui para trabalhar com relações igualitárias desde a infância?

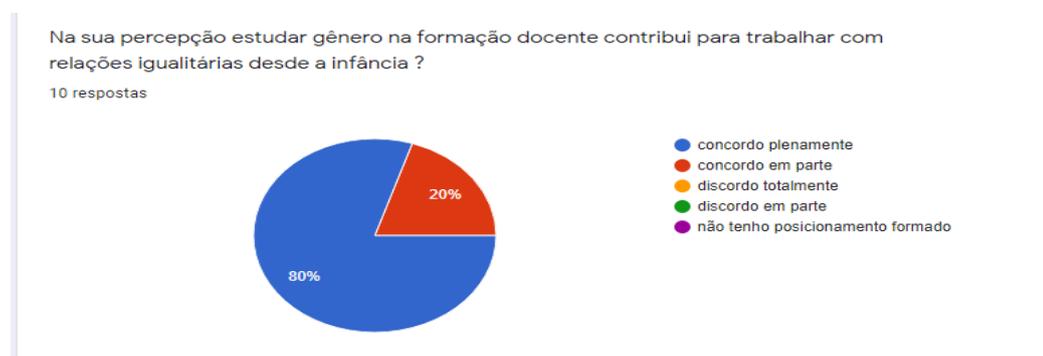
Alternativas:

- concordo plenamente.
- concordo em parte.
- discordo totalmente.
- discordo em parte.
- não tenho posicionamento formado.

- 3) Durante a sua formação no curso de Pedagogia, você participou de espaços onde pode estudar/discutir questões de gênero? comente sobre.
- 4) Você percebe alguma relação entre a feminização do magistério e a desvalorização da profissão da/o Pedagoga/o de crianças pequenas?
- 5) Você acredita que a construção de uma sociedade igualitária e sem violência possa ser alcançada através da educação a partir da perspectiva de gênero? Comenta a tua ideia.

Com a participação de dez colegas através das respostas no Questionário, pude constatar que existe uma compreensão majoritária de que estudar gênero na formação docente contribui para trabalhar com relações igualitárias desde a infância, sendo que 80% dos participantes informaram que “concordam plenamente” com essa afirmação e 20% informaram que “concordam parcialmente”.

Figura 2 – Gráfico 1



Fonte: construção da autora

Analisando as percentagens das respostas, pode-se notar que as discussões e leituras realizadas no Curso, mais especificamente na Disciplina de Direitos Humanos e Gênero, possibilitaram um maior entendimento sobre as questões referentes às infâncias, ao desenvolvimento pleno de um sujeito, ponto tão frisado em documentos norteadores desta etapa do ensino escolar.

Sabe-se que para a prática educativa, fazem-se necessários muitos saberes, dentre eles, bem como Paulo Freire (1999, p. 39) descreve em sua obra: “Pedagogia da Autonomia”, “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Freire afirma que faz parte do pensar certo a rejeição a qualquer forma de discriminação, que qualquer prática preconceituosa ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.

Entrelaçando as respostas das colegas referente à questão 2 do questionário: Na sua percepção estudar gênero na formação docente contribui para trabalhar com relações igualitárias desde a infância? com a afirmação de Freire, podemos afirmar que se existe essa compreensão majoritária sobre a questão em pauta, seria no mínimo uma contradição grosseira não defender educação de gênero nas instituições de ensino.

Analisando as respostas das participantes referente à questão 3: Durante a sua formação no curso de Pedagogia, você participou de espaços onde pode estudar/discutir questões de gênero? comente sobre. Constata-se a importância desses espaços que ultrapassam as salas de aulas, se estendem a palestras, grupos de pesquisas.

As respostas para a questão 3 foram bem diversificadas, deixando evidente que cada ser aprendente se apropria do que é discutido de uma forma bem singular, assim como busca conhecimento de diferentes formas, alguns participantes informaram que participaram de discussões sobre o assunto, somente em aula, em uma disciplina específica, outros informaram que compareceram em palestras e grupos de pesquisa.

Referente ainda a questão 3, uma participante em específico afirmou que: “*Sim, participei. Cito em especial as aulas da Professora Márcia, que eram espaços onde esse assunto tinha uma prevalência. Não sei dizer - com exatidão - se houveram discussões; sem dúvidas houve estudos, mas discussão em si, não. Discussão existe*

quando duas opiniões contrárias são defendidas por argumentos, normalmente para gerar um novo conhecimento. Talvez, por imaturidade acadêmica, o acaloramento dos debates e os posicionamentos levava a o que percebo como ataques a colegas que eram contrários a opinião geral. O que me leva a pensar, esse espaço é para todos ou apenas para quem abraça a ideia? evidente que fora da academia encontraremos pessoas que são contra, porém, dentro da academia é que se discute as necessidades do exterior. Quanto a minha formação dentro desses espaços, não tenho o que reclamar, acredito ter percebido coisas que anteriormente me passaram despercebidas. Sem dúvida foi importante na formação curricular. Acredito que seria interessante rever a carga sobre o tema no curso, já que este ocupou um tempo considerável na formação e percebo que para mim e alguns colegas esse ônus foi maçante.”

Partindo desta resposta, evidenciamos que os estudos e discussões acerca da temática, possibilitaram que o/a acadêmico/a percebesse/ pensasse sobre coisas que antes passavam despercebidas, como afirmado pelo/a mesmo/a na sua resposta. Isso reforça a necessidade de aprendermos a falar/ouvir/pensar/questionar sobre as coisas que circundam os contextos escolares e acadêmicos, por exemplo, se essa/a participante tivesse exposto sua concepção sobre discussão nas aulas, poderíamos ter refletido juntos sobre por que “atacamos” quando somos “confrontados”?

Também poderíamos nos questionar mais sobre porquê e para que estudamos determinados assuntos, antes de levarmos o mesmo para pauta de discussão. No que fundamentamos nossas discussões, opiniões, visões? Por que algumas coisas nos passam despercebidas? Por que essa temática pode se tornar maçantes para algumas pessoas? Se essa mesma pessoa afirmou, referente aos estudos de Gênero e Direitos Humanos, que: “[...] *não tenho o que reclamar, acredito ter percebido coisas que anteriormente me passaram despercebidas. Sem dúvida foi importante na formação curricular[.]*” por que rotula a temática como maçante?

Reforço a citação de Freire (1999) quando diz que faz parte do pensar certo a rejeição a qualquer forma de discriminação, que qualquer prática preconceituosa ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. para evidenciar possível incoerência na resposta descrita acima, haja vista que se a

temática é importante, deve ser ainda mais discutida e aprofundada, para que assim possamos rejeitar qualquer prática preconceituosa e discriminatória.

Compreende-se que questões que envolvem diversidade, olhar para o outro, ouvi-lo, muitas vezes, desencadeiam desconfortos, e isso deve-se à necessidade que temos de rever nossos conceitos, práticas, modo de ver, ser e estar no mundo. Em muitos momentos de discussões, leituras e intervenções, acabamos nos dando conta do quão opressores e opressoras somos em determinadas situações e talvez isso torne o assunto/temática maçante, pois de fato, nos desacomoda, nos tira da nossa zona de conforto, onde as coisas acontecem ou são de determinada forma “porque sempre foi assim”.

São em espaços onde nos permitimos discutir, refletir e, principalmente, nos ouvirmos, que acontece, de fato, a desconstrução de mitos, preconceitos e opressões que na maioria das vezes, surgem disfarçadas de “opiniões”.

Não foi e nunca será em um curto período que as coisas irão tornar-se compreensíveis, visíveis a ponto de que mudem rapidamente. É preciso tempo de leituras e trocas para que cada sujeito, disposto a enxergar para além do “sempre foi assim”, possa de fato, pensar e mudar suas concepções, práticas e condutas. Ninguém nasce machista/opressor/racista, todos tornam-se dia após dia, dentro de sistemas sociais que reforçam posturas que vão contra a igualdade de direitos e vida digna.

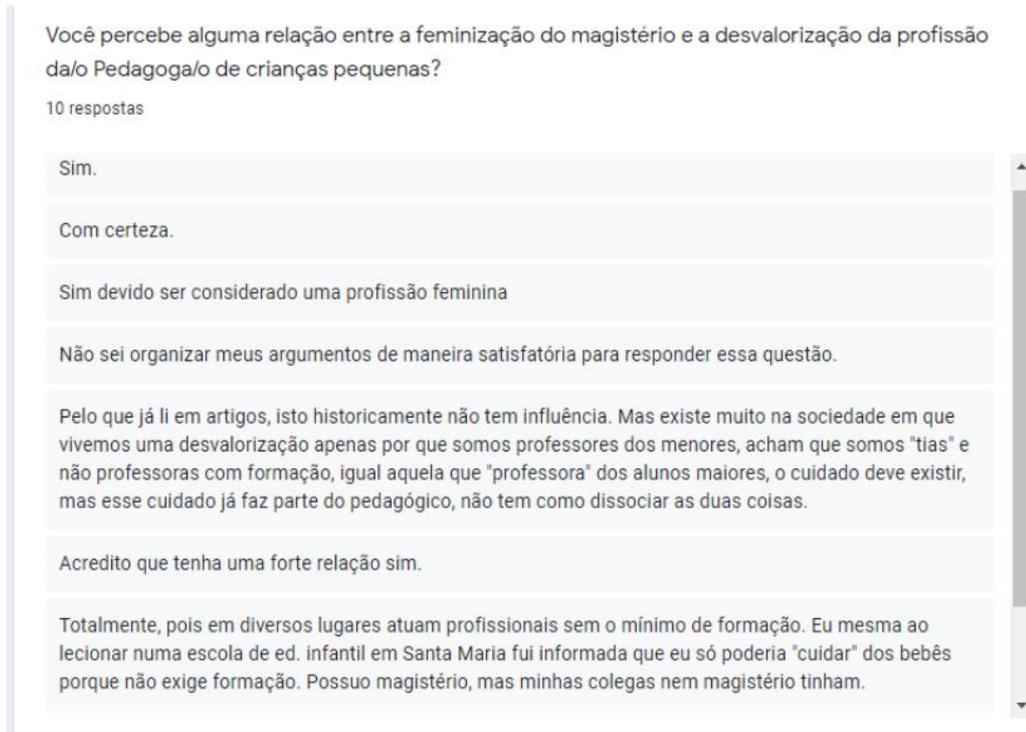
Com isso, reforça-se a ideia de que por trás do maçante tem muitas concepções sendo afetadas, condutas sendo repensadas e um sujeito em constante desconstrução-construção. Nesse sentido, concordando com Scott (1995) quando diz que:

"Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas" (SCOTT, 1995, p.93).

Considerando a questão 4 “*Você percebe alguma relação entre a feminização do magistério e a desvalorização da profissão da/o Pedagoga/o de crianças pequenas?*” 6 participantes responderam que sim, existe relação pois é uma profissão

que tem forte ligação ao cuidado e não a formação, majoritariamente exercida por mulheres.

Figura 3 – Gráfico 2



Fonte: construção da autora

Diante desta constatação, cabe retomarmos historicamente o ingresso das mulheres no Magistério. De acordo com Vianna, a entrada das mulheres no magistério deve ser examinada a partir das relações de classe e gênero. Podemos então lembrar que se trata de um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudiosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para essa classe, mas também protagonistas da luta pelo alargamento da participação feminina na esfera econômica.

Vianna (2013) traz em: "A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente", a informação de que no Estado de São Paulo, o Projeto de Lei de 1830 instaurou as Escolas Normais para formação de professores e professoras e declarou a preferência às mulheres, sendo que o acesso efetivo delas à Escola Normal deu-se em 1875 e em 1880 com a criação

de uma seção feminina. Além disso, a Escola Normal era “uma das poucas oportunidades, senão a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário” (DEMARTINI; ANTUNES, 1993, p. 6).

Tal processo de feminização do Magistério, foi repleto de dificuldades e desde o século XIX, os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários e as Escolas Normais vão formando mais e mais mulheres. No final da década de 1920 e início da de 1930, a maioria do magistério primário já era feminina. Em 1920, o Censo Demográfico indicava que 72,5% do conjunto do professorado brasileiro do ensino público primário era composto por mulheres e, entre o total de docentes, sem distinção de graus de ensino, as mulheres somavam 65% (VIANNA, 2013).

De acordo com Vianna (2013), essa característica se manteve ao longo dos séculos XX e XXI, acompanhada de intensas alterações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas. A configuração desse processo que culmina com a constatação de uma maioria absoluta de mulheres no magistério na década de 1990 relaciona-se, ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e, nela a divisão sexual do trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas.

Diante disso, podemos dizer que, atualmente, a profissão ainda é composta majoritariamente por mulheres, mas com o registro de algumas mudanças nessa composição. Se em 1990, 90% dos estudantes concluintes na área da Educação eram mulheres, em 2009, assistimos a uma queda desse percentual feminino para 73,8% concluintes (VIANNA, 2013).

Vianna (2013 p.167), apresenta uma breve relação entre estratificação da carreira e rebaixamento salarial, a autora afirma que:” O rebaixamento dos salários é uma das características da docência desde o início do século XX, naquele momento mais associado ao curso primário”. Demartini e Antunes (1993, p. 6) nos mostram que o professorado ganhava por disciplina e que havia “diferenças de currículos, as quais implicavam em diferenças salariais”. As disciplinas se dividiam entre as ministradas só por professores e aquelas permitidas às professoras, e a remuneração das mulheres era mais baixa que a dos homens em atividades similares.”

Vianna (2013) pontua ainda que as medidas que acompanharam todo o processo de expansão do Ensino Primário afetaram diretamente as condições do trabalho docente. Foram elas: oficialização do magistério leigo, supressão do quinto

ano, redução da duração do curso primário em dois anos, facilitação dos Cursos Normais, três ou mais períodos de aula, regime de quatro turnos, construção de galpões escolares de madeira e sem as mínimas condições para a atividade docente. Assim, Vianna explica que os baixos salários já eram uma característica da docência e, somados ao maior controle do Estado, às precárias condições de trabalho e de formação, ao aumento do período letivo e à perda de autonomia foram pontos-chaves para o afastamento dos homens dessa profissão.

Corroborando com as respostas dos participantes a pesquisa referente a questão citada acima, a afirmação de Vianna (2013) quando diz que:

“É fato que as mulheres são maioria na Educação Básica – como dito anteriormente – mas a ampla presença feminina chancela nas políticas públicas o que temos de pior em termos de discriminação de gênero: o rebaixamento salarial e o desprestígio social presentes nas profissões femininas também marcam as distintas etapas da Educação Básica, nas diferentes regiões do Brasil” (VIANNA, 2013, p.168)

Diante das reflexões descritas acima, percebe-se as limitações impostas que sempre estiveram presentes nas conquistas femininas. Um conjunto de desafios, obstáculos e paradigmas muito bem articulados, disseminados, conservados e amparados por uma sociedade patriarcal e sexista para dificultar a autonomia e independência das mulheres. No próximo capítulo, falarei, justamente, sobre estratégias de rompimento desses limitantes na busca por igualdade de gênero.

2.5 DIALOGANDO COM OS CONCEITOS DE GÊNERO

O contexto de Pesquisa e os estudos bibliográficos mostraram que o assunto Gênero é algo, cada vez mais, imprescindível na formação de docentes, haja vista seu forte impacto nas práticas/ações pedagógicas destes e, conseqüentemente, nas infâncias que por estas serão atravessadas. Dito isto, cabe um questionamento: Como promover e legitimar uma formação que dentre tantas demandas, contemple a temática Gênero de forma eficiente e permanente?

Muitos são os questionamentos que surgem após tal “afirmação”, Gênero na Educação/Formação, é importante, fundamental, determinante para uma Educação humanizadora, onde o principal objetivo é o desenvolvimento integral de cada sujeito

para o exercício pleno de sua cidadania e igualdade. Todavia, sabemos de todos os obstáculos e “jogos” de poderes que estão envolvidos nessa base conservadora que quer que a mulher continue apenas ocupando espaços que a elas são “destinados” (doméstico, trabalhos subalternos), que quer nos manter sob domínio de algum homem, enfim, a mesma base que se ampara/legítima em um sistema complexo de dominação e controle de corpos femininos e outras “minorias”.

E nós, que queremos e compreendemos a necessidade de mudança nesta base, nos deparamos com um desafio: nos amparamos/sustentamos em que? em quem? Acredito hoje que isso tudo é um processo, enquanto educadores e educadoras, se nos darmos conta do tamanho do impacto, da influência que temos na construção de sujeitos, que serão os adultos de amanhã, já conseguimos dar o primeiro passo em direção a uma sociedade com igualdade de gênero. Nesse sentido, a formação acadêmica precisa se ocupar com essas temáticas de gênero e DH para contribuir com a alargamento teórico e que vai desencadear novas práticas pedagógicas na escola e na vida.

Segundo Bandeira e Batista (2002), o preconceito surge como um modo de se relacionar com o outro e traz implícito o que é esperado deste em termos morais, éticos, corporais, sexuais, entre outros. As autoras sinalizam que se valoriza ou se desvaloriza o outro a partir dos aspectos considerados adequados, incluem ou excluem com base nas semelhanças e nas diferenças. Diante de tal afirmação, acredito que um grande desafio, enquanto educadora de crianças e formadora de sujeitos, seria a desconstrução de padrões de oposições, tais como: “normal X anormal”, pois é nesta base de “igualdade X desigualdade” que muitas crenças, preconceitos e discriminações se disseminam e são perpetuadas.

No livro: O preconceito na escola: caminhos para enfrentar a homofobia e a discriminação de gênero, trazem o preconceito como um pré-julgamento, sendo adquirido por meio de um processo de aprendizado dos preceitos e dos valores sociais e abrange, entre outros, a intolerância à orientação do desejo sexual (LEÃO, 2009). Ele é um dos mecanismos mais intensos de estruturação, sustentação e hierarquização de poder entre os grupos sociais (PRADO; MACHADO, 2008).

Os autores afirmam que o preconceito tem como apoio a lógica do poder, a qual sustenta a naturalização da diferenciação grupal, que pode ocorrer por meio de

diferenças étnicas, de orientação do desejo sexual, da classe econômica, do gênero, da crença religiosa, entre outros. Bem como questionei na provocação inicial deste capítulo, retorno aos questionamentos, como desconstruir algo tão impregnado, naturalizado e apoiado na lógica do poder?

Os autores enfatizam que muitos alunos recebem no contexto escolar a Pedagogia do insulto – tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, constrangimentos e agressões físicas e verbais. Discorrendo acerca disso, Fernando Seffner (2009) relata que a escola foi e ainda é largamente utilizada como instrumento de exclusão da cidadania.

Devido a esta instância ser um lugar de opressão, discriminação e preconceito, a instituição deve desenvolver um trabalho voltado para problematizar e subverter estas práticas discriminatórias que requer, entre outros, Pedagogias e medidas institucionais voltadas a questioná-las (JUNQUEIRA, 2014).

Leão (2009) argumenta que a escola dá legalidade para a perpetuação dos preconceitos ao se silenciar quando eles se manifestam. Para abrandar esta situação, é imprescindível que este assunto seja trazido à pauta, principalmente para salientar o quanto é prejudicial e danoso ao convívio social.

Nesse viés é que acredito poder, enquanto educadora, formadora de sujeitos, contribuir com a mudança dessa lógica. Acredito que toda essa mudança que almejo, só se dará através de uma educação humanizadora, que pare de dar continuidade a práticas pedagógicas pautadas em falsos valores carregados de preconceitos, machismos e discriminação.

Ou seja, o sistema de dominação e poder sobre corpos rotulados como “inferiores”, não irá mudar sozinho, ninguém irá acabar com as desigualdades e discriminação do mundo de um dia para o outro, porém isso não quer dizer que essa mudança seja impossível. A mudança da qual falo, com certeza é lenta, demanda muito esforço e resistência, ela já vem aos poucos acontecendo. Tal mudança/evolução é possível, necessária, imprescindível e estamos no caminho, sei disso porque hoje penso, leio, pesquiso e luto por questões relacionadas a gênero e educação, por uma sociedade igualitária.

Nesse sentido, buscando uma possível resposta ao meu questionamento inicial- “nos amparamos/sustentamos em que? em quem?” - cabe pontuar que: a

Constituição Federal do Brasil no seu 5º artigo expressa que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). Ou seja, a Constituição brasileira nos ampara em termos legais/jurídicos nesta busca.

Contamos também com a Lei n. 7.716 de Janeiro de 1989, a qual define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, que pontua no seu 1º artigo que: “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989) e, no artigo 20º, coloca que serão punidos quem: “Praticar, induzir ou incitar a discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, sendo a pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa”.

De acordo com Junqueira (2014) diante do anseio de se construir uma sociedade e uma escola mais justa, solidária, livre de preconceitos e discriminações, faz-se necessário apontar e enfrentar as dificuldades que se têm em promover os direitos humanos. Na ótica de Leão (2012), é preciso identificar e confrontar as dificuldades para promover estes direitos no cenário escolar. Dentre as diferentes formas de manifestação do preconceito, há uma relação umbilical entre o sexismo e a homofobia, o que evidencia e reforça a necessidade desses assuntos serem enfatizados no contexto escolar (RIOS, 2009).

Neste sentido, finalizo essa reflexão teórica sem encerrar o assunto. A pesquisa empírica e teórica mostrou muitos aspectos que merecem continuidade de reflexão. Nesse momento, fico com o desejo de seguir pesquisando esse tema e seus complementos na busca de uma educação libertadora e igualitária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas últimas linhas, devo olhar para o meu percurso neste trabalho de conclusão de curso e refletir se alcancei os objetivos iniciais, contemplando tudo ao que me propus.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa pude me tornar um pouco mais Professora-Pesquisadora, vários foram os momentos de inquietude, buscas teóricas, diálogos, desconstruções e inúmeras construções.

Quando olho para este “Trabalho de Conclusão de Curso” vejo que é muito mais um trabalho de iniciação do que de conclusão, afirmo isso, pois foi através desta pesquisa que pude despertar para uma temática que resultou em uma pesquisa de extrema relevância para o meu ser, e aqui me refiro ao ser Tayná, mulher, jovem, Pedagoga em formação, um ser de muitos anseios, sonhos e que acredita, firmemente, no potencial que tem e nos espaços que ocupará enquanto Professora de crianças.

Ao encerrar este Trabalho de Conclusão de Curso, percebo que um dos maiores desafios que eu imaginava no início da Pesquisa, foi vencido. Desde o momento em que escolhi minha temática de pesquisa, desenvolvi uma grande preocupação com a "recepção" dos colegas frente a esse assunto, pensava que pudessem ter resistência em falar sobre ou até mesmo que atribuiriam pouco valor, sentido e relevância às minhas indagações na pesquisa de opinião.

Fui surpreendida positivamente com tamanha sensatez, da maioria dos participantes, em todas as suas contribuições sobre a temática Gênero: da formação a ação docente.

Todas as respostas ao questionário da pesquisa demonstraram a necessidade da temática Gênero na formação e prática docente. Diante de tais contribuições, percebe-se a evolução intelectual de seres humanos, profissionais da Educação, futuras/os formadores de sujeitos que hoje conseguem pensar em uma Educação para o respeito e igualdade.

Considero esse TCC como uma iniciação, porque sou ciente da necessidade de dar continuidade a esta pesquisa, aprofundando e ampliando os desafios que registrei durante seu desenvolvimento, dentre eles, a relevância de discutirmos mais sobre Gênero e Direitos Humanos nas licenciaturas, tendo em vista que é uma demanda inerente à formação de sujeitos. Também é importante lembrar que precisamos articular estratégias para desenvolvermos o ensino de Gênero nas Escolas visando a promoção da igualdade entre os gêneros e que pode contribuir com a mudança da lógica patriarcal atual em nossa sociedade.

Acredito que sempre existirão inúmeros desafios a serem superados em toda e qualquer trajetória. Hoje, eu enxergo como um grande desafio e também como um objetivo, uma prática docente coerente com toda essa produção escrita.

Um dos maiores desafios, a meu ver já foi superado: despertar em agentes estratégicos a percepção da necessidade de mudança. Ou seja, a conscientização de docentes formadores e suas responsabilidades e capacidades na perspectiva de construção de uma sociedade igualitária.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e as entrevistas com colegas evidenciaram a importância e a necessidade de termos na formação da futura pedagoga/o aproximações teóricas dos estudos de gênero. Esses conhecimentos elaborados nessa perspectiva feminista são fundamentais no percurso formador, pois auxiliará na mediação não sexista que toda e todo profissional da educação se deparará no cotidiano.

Desde o estágio até as relações sociais pude perceber que existem assimetrias entre os gêneros e que causam desigualdades, preconceitos e opressões. A partir dessa aproximação com os estudos de gênero e direitos humanos pude ampliar minha visão e minha atuação.

O retorno das entrevistas mostrou que é necessária essa formação abrangente no Curso de Pedagogia e que esta formação poderá impactar na atuação da futura pedagoga/o no espaço escolar. Ao me deparar com a realidade escolar após esse contato com os estudos de gênero e DH, percebi o quanto a realidade social e escolar apresentam as construções equivocadas de gênero.

Então, reforço que meu problema de pesquisa e meus objetivos foram alcançados no sentido de que os desafios para se ter uma educação não sexista e excludente passa pela formação das futuras pedagogas/os.

Encerro esta produção escrita com um olhar muito mais amplo para a complexidade da temática gênero e educação, acreditando e lutando por uma educação humanizadora como ferramenta base para construirmos uma sociedade igualitária.

REFERÊNCIAS:

BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 outubro de 1988.

BRASIL. Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**. Casa Civil. Brasília, DF, 5 jan. 1989.

BRASIL. Resolução Nº 2, de 1º de Julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Ministério da Educação. **Conselho Nacional da Educação**. 2015.

BANDEIRA, L., BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, jan. 2002.

DEMARTINI, Z. B. F., ANTUNES, F. F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 86, p. 5-14, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, SP, 1999.

GHEDIN, E., FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FINCO, D. *Educação Espaços de Confronto e Convívio com as Diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridam as fronteiras de gênero*. 2010. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FINCO, Daniela. *Educação Infantil, Gênero e Brincadeiras: Das naturalidades às transgressões*. UNICAMP, FAPESP, SP, 2005.

JUNQUEIRA, R. G. **Lições de um experimento de discriminação**. In: BORTOLOZZI, A. C., et al. *Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 27-43. 2014.

LANKSHEAR, C., KNOBEL, M. *Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.

LEÃO, A. M. C. **A percepção dos (as) professores (as) e coordenadores (as) dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência.** 259f. 2012. Relatório de Pós-Doutorado (Sexologia e Educação Sexual), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2012.

LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. Educação e Realidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008.

LUDKE, M., ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 2012.

PRADO, M. A. M., MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

RIOS, R. R. **Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação.** In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p.53-83.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.2, pp.71-99, jul./dez. 1995.

SEFFNER, F. **Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar.** In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009. p.125- 139.

VIANNA, C. P. A Feminização do magistério na Educação Básica e os desafios para a prática e identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180

ANEXO A: PROJETO PEDAGÓGICO (PPC)

Disponível em:

<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/projeto-pedagogico>

ANEXO B - ROTEIRO DAS PERGUNTAS

1) Você acredita que virtudes como delicadeza, paciência, cuidado e amorosidade são atributos femininos indispensáveis para o exercício da docência com crianças pequenas?

Alternativas:

- sim, acredito.
- Não acredito.
- acredito parcialmente.
- discordo totalmente.

2) Na sua percepção estudar gênero na formação docente contribui para trabalhar com relações igualitárias desde a infância ?

Alternativas:

- concordo plenamente.
- concordo em parte.
- discordo totalmente.
- discordo em parte.
- não tenho posicionamento formado.

3) Durante a sua formação no curso de Pedagogia, você participou de espaços onde pode estudar/discutir questões de gênero? comente sobre.

4) Você percebe alguma relação entre a feminização do magistério e a desvalorização da profissão da/o Pedagoga/o de crianças pequenas?

5) Você acredita que a construção de uma sociedade igualitária e sem violência possa ser alcançada através da educação a partir da perspectiva de gênero? Comenta a tua ideia.